

AValiação E ORGANIZAÇÃO DE COLEÇÕES: FINALIDADES INSTITUCIONAIS E COMERCIAIS

Fernanda Sabrina FINARDI¹

Richard PERASSI Luiz de Sousa²

RESUMO:

O tema “coleccionismo” é discutido neste artigo, como fenômeno que decorre de motivações pessoais, incluindo aspectos psicológicos e sociais, e também da atribuição sociopolítica de valor histórico-cultural e científico para coleções diversas. Isso consolidou a cultura geral e as diversas subculturas do coleccionismo ocidental, considerando-se que uma coleção ou acervo decorre da organização mais ou menos formal do conjunto de suas peças. É ampla a diversidade de motivos que mobiliza o coleccionismo, sendo aparentemente plena a liberdade de organização dos colecionadores particulares. Porém, como é social e comercialmente consolidada a cultura do coleccionismo, há um sistema institucional que propõe parâmetros específicos de valorização simbólico-cultural e comercial das diversas coleções ou peças individuais. As diferenças entre as motivações e a liberdade dos colecionadores particulares e as regras institucionais do coleccionismo caracteriza a problemática deste artigo, composto com conceitos, informações e argumentos decorrentes de pesquisa qualitativa teórico-bibliográfica e documental. O objetivo central é apresentar aspectos gerais que devem ser considerados para organizar e qualificar uma coleção ou acervo, de acordo com os parâmetros institucionais.

Palavras-chave:

Coleccionismo. Organização de Acervo. Cultura Material. Registro Histórico.

1. INTRODUÇÃO

A produção deste artigo decorreu, em parte, de estudos formais basicamente realizados como pesquisa qualitativa e continuada com as seguintes etapas: (1) exploratória, (2) teórico-bibliográfica e (3) documental, cujo tema é “coleccionismo” e cujos resultados assinalam essa atividade como “gestão patrimonial”. Na parte genérica de sua conceituação “gestão patrimonial” é indicada como a administração do negócio que prioriza a questão patrimonial, com relação ao gerenciamento, aquisição e destinação de bens móveis e imóveis ou tangíveis e intangíveis (SANTOS, 2012). Marconi e Lakatos (2007) afirmam que, em pesquisa qualitativa, dedica-se à descrição, análise e interpretação de fatos sociais e humanos, de maneira específica e aprofundada. A busca por fontes bibliográficas e documentais de pesquisa foi realizada na etapa exploratória do estudo, para adquirir “maior conhecimento sobre um tema”, incluindo a formulação de hipóteses para o encaminhamento do estudo (MATTAR, 2005, p. 81). Isso é

¹ Graduada em Design de Moda e Publicidade e Propaganda
Universidade do Sul do Estado de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: fenelopefi@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Design
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: richard.perassi@uol.com.br

confirmado por Severino (2007) que indica a pesquisa exploratória para levantar informações sobre o objeto de pesquisa.

Cada coleção compõe uma narrativa própria, constituindo também um *ethos* específico. Como um espelho multifacetado reflete imagens de diferentes épocas, lugares e motivações diversas. Dependo da maneira como é observado, “o objeto, portanto, fala sempre de um lugar, seja ele qual for, porque está ligado à experiência dos sujeitos com e no mundo, posto que ele representa uma porção significativa da paisagem vivida.” (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 2).

Em todas as suas amplas e diversificadas formas de manifestação, o colecionismo é uma “atividade de gestão patrimonial”, com abrangência social, técnico-cultural, estética, econômico-financeira e de mercado, considerando-se:

1. As qualidades das peças, como registros de práticas, técnicas ou situações socioculturais diversas, relacionadas ainda com características históricas ou geográficas, entre outras;
2. A avaliação das peças por suas características materiais e formais, por sua raridade e representatividade técnica, estilística, sociocultural ou histórica, incluindo ainda seu valor comercial, seja por sua representatividade em múltiplos aspectos ou pelo valor financeiro dos materiais usados na sua fabricação;
3. O pertencimento ou o posicionamento de cada peça na coleção, em função da coerência formal e conceitual do conjunto. Isso implica a relação entre a parte e o todo que, por sua vez, também é considerado no seu valor de conjunto. De fato, a coerência estético-simbólica do conjunto caracteriza a qualidade de sua marca e a riqueza da coleção;
4. A conservação das peças, o acondicionamento e a guarda do conjunto, além de estratégias e ações sociais de troca, aquisição ou comercialização de peças, visando a ampliação e a qualificação da coleção, além de considerar e realizar sua eventual ou permanente exposição ao público.

Em síntese, qualificação, avaliação, seleção, organização, pesquisa, conservação, guarda, aquisição, trocas, comercialização e exposição pública de peças ou conjuntos são atividades do colecionismo como atividade de gestão patrimonial. Uma atividade que é realizada com maior ou menor formalidade, considerando-se desde os colecionadores informais e compulsivos até gestores e técnicos das áreas de Museologia, Arquivologia e Curadoria Artístico-Cultural, entre outras. Historicamente, há registros de personalidades que se dedicaram ao colecionismo, por exemplo, Pomian (1984) assinala que Aristóteles, Plínio e Vitrúvio colecionavam artefatos ricamente adornados, recebidos como presentes ou pilhagens das guerras de domínio de outros territórios.

2. COLEZIONISMO COMO ATIVIDADE DE ORGANIZAÇÃO

A atividade de organização resulta de necessidades e capacidades muito antigas de tempos anteriores à fala e à escrita. Isso porque a própria verbalização já é uma forma de organização. Inclusive, há a organização natural e alguns processos organizados são desenvolvidos por animais. Todavia, a autonomia nas práticas criativas de organização, como atividades conscientes e intencionais caracteriza e diferencia a humanidade. Trata-se de um

recurso cultural básico e relevante na sobrevivência da espécie humana, como responsável pela organização comunitária ou social e pelo progresso técnico-tecnológico.

Para Lakatos e Marconi (1999, p.52), a própria “sociedade é mais do que a soma dos indivíduos, é uma ‘unidade’ que coincide com a ‘unidade da mente social’, constituída pela organização e não por acordos entre os indivíduos”. Ordenação e hierarquia são constituintes da organização, sendo que o ordenamento determina lugares e momentos e a hierarquia estabelece prioridades na temporalidade das ações e no domínio das decisões. A organização é o recurso que estrutura a cultura e a coletividade como unidade política, seja como família, grupo, comunidade ou sociedade.

2.1 Aspectos etimológicos e históricos

A organização de produtos culturais ou de coisas e vestígios naturais, como acervo ou coleção, preserva marcações do mundo natural ou da cultura. Assim, preservam e apresentam indícios de modelos organizacionais que, em dados momentos do espaço-tempo, as pessoas desenvolveram e adotaram para representar e compreender o mundo à sua volta. Como expressão material da cultura, as peças de coleção assumem o caráter documental. Isso propõe que cada peça ou coleção seja “passível de uma hermenêutica, ou, ainda, de um processo interpretativo capaz de remetê-lo a paisagens culturais específicas, seguindo historicidades particulares” (SILVEIRA, LIMA FILHO, 2005, p. 2).

São interessantes as relações etimológicas entre as palavras: “coleção” (do latim *collectio*), “ordenação”, “fala” e “discurso”, constituindo “uma relação entre pôr em ordem - raciocinar - (*logeîn*) e discursar (*legeîn*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso. O discurso, morada da razão. Ordenar, colecionar, narrar (LOPES, 2010, p. 380). Em síntese, colecionar é organizar uma narrativa ou discurso que pode ser mais ou menos coerente. Mas, o aprimoramento discursivo coerente e duradouro requer a constante gestão nos processos de composição, conservação e comunicação do acervo. Historicamente, as primeiras coleções da era moderna eram desprovidas de rigor classificatório. Mas, atualmente, o colecionismo oficialmente institucionalizado prescreve a rigorosa organização dos acervos, especialmente os museológicos.

O ato de colecionar coisas é tão antigo quanto a capacidade de organização. Junto com o literato e filósofo Georges Bataille (1887-1962), Lopes (2010) afirma que a ancestralidade da prática de colecionar coincide com a emergência da consciência humana. Assim, justifica que, “para ganhar um sentido de permanência, os homens começaram a exteriorizar a sua existência em objetos, em ambientes, ou a relacioná-la a fenômenos e sentimentos regularmente produtores de um bem-estar físico e espiritual”. (LOPES, 2010, p.378).

Em síntese, a organização cultural do ambiente e a reunião de objetos em cenários ou coleções parte do estético para o simbólico, porque primeiramente considera o que agrada e mais tarde investe no que representa, registra ou documenta. Assim, varia da expressão afetiva para o informativo-discursivo e o registro documental. Ambientes e conjuntos de coisas tornaram-se registros ou legados de conhecimento e transmissão de informação sobre grupos sociais e seus hábitos. Apesar de serem vistas no presente e se dirigirem ao futuro, o compromisso predominante nas coleções é com o passado que se dissipou. Para Lopes (2010, p. 378), as urnas funerárias reunidas em cemitérios “foram uma primeira forma exteriorizada

coletivamente de coleção, que se projetava como sentimento ou representação de finitude humana, ou ciclo vital completo”. A relação entre colecionismo e os ciclos de vida também é destacada por Debray (1995, p. 25) que considera as primeiras imagens grafadas em urnas funerárias, como sinais de que “o homem passa a figurar o morto quando descobre a morte e, nesse jogo entre o real e o imaginário, produz transposições que restauram perdas ou instauram uma dimensão além do real”.

Além das urnas pré-históricas, por sua vez, Pomian (1984, p. 55) relaciona o colecionismo aos objetos encontrados em sepulturas da antiguidade, como “armas, objetos de toilette, joias e ornamentos, tapeçarias, instrumentos musicais, obras de arte”, revelando padrões sócio culturais sobre a vida e a morte. Séculos depois, houve as grandes navegações, porque as viagens transcontinentais foram recorrentes no século XV, atingindo “locais que a tradição dizia fora de alcance” (POMIAN, 1984, p. 77). Isso consolidou o mercantilismo, promovendo ainda a efervescência artística e cultural que, no século XVIII, caracterizou o período historicamente reconhecido como “Iluminismo”. Tudo isso demarca um período na cultura ocidental que houve grande interesse por artefatos exóticos, objetos artísticos e curiosos, principalmente os trazidos das viagens de descobridores e comerciantes.

Para Camargo (2012, p. 578) “ser um colecionador era possuir um instrumento não só para compreender a realidade como para agir concretamente sobre ela, empreitada para a qual o homem moderno sentia-se cada vez mais capacitado”. Por sua vez, o historiador Le Goff (1990) considera que, no contexto renascentista e até o final do século XVIII, a revalorização do passado, do humanismo e da racionalidade associada à ampliação do conhecimento territorial promoveu o interesse histórico-científico a partir dos estudos naturais que incluíam as peças de coleções. Assim, além da curiosidade pelo exotismo e do interesse financeiro devido ao valor de alguns materiais, predominaram as características simbólico-culturais das peças como signos de realidades distantes (POMIAN, 1984).

2.2 A institucionalização do colecionismo

Para Raffaini (1993), os museus públicos começaram a surgir com a exposição de coleções privadas, incluindo a mostra dos gabinetes de curiosidades que, desde o século XVII, eram símbolos de poder financeiro e *status* social de seus proprietários. POMIAN (1984) considera que fazer alarde de suas coleções, sejam de livros, obras de artes ou peças curiosas de outras regiões permitia que seus proprietários cortesãos divulgassem sua função de mecenas, porque as peças das coleções eram também fontes de inspiração para os artistas. Inclusive, a partir disso houve a criação de instituições oficiais voltadas ao colecionismo, como museus e bibliotecas. De acordo com Camargo (2012, p. 584), também foi internacionalmente estabelecida “a rede comercial de trocas e vendas de produtos”, sendo o colecionismo oficialmente institucionalizado, como estratégia político-econômica e científica de estado.

O interesse oficial, a valorização comercial e a finalidade histórico-científica valorizaram o colecionismo, retirando-o da condição de puro diletantismo. Isso alterou a atividade como um todo e, mesmo quando não é rigorosamente praticada, a gestão organizada das coleções oficiais ou particulares é publicamente valorizada. Os colecionadores ou gestores de acervos têm múltiplos motivos e critérios de organização e guarda de suas coleções, podendo essas serem documentadas e catalogadas criteriosamente ou simplesmente arranjadas conforme as motivações estético-afetivas das pessoas que colecionam. Assim, além dos critérios

histórico-científicos, o colecionismo é desenvolvido com diferentes motivações subjetivas, como escapismo saudosista, desejo de posse, sentimento de poder, busca de *status* social, hedonismo, sentido mágico e desejo de imortalidade ou preservação, entre outros. Para Baudrillard (1993, p. 95) a obsessão por preencher a coleção acontece igualmente “no rico amador de miniaturas persas como no colecionador de caixas de fósforos”.

Com relação ao domínio subjetivo da pessoa que coleciona, Benjamin (1980) defende que o encantamento por determinado objeto implica em conservá-lo também em uma realidade imaterial constituída como círculo imaginário e memorativo. Por isso Baudrillard (1993) considera que a posse de um objeto singular reflete também a singularidade da pessoa proprietária. Portanto, no sentido estritamente subjetivo, colecionar é um ato íntimo cujas possibilidades de organização são incontáveis, porque variam conforme gostos e critérios das pessoas que colecionam. Mas, institucionalmente, a identificação, a seleção e a aquisição de peças para coleções ocorrem de acordo com critérios de gestão relacionados ao escopo histórico-científico de cada museu.

2.3 Gestão e funções de instituições de colecionismo

Os museus e outras instituições costumam receber verbas estatais e doações de associados ou simpatizantes para criarem, ampliarem e aprimorarem seus acervos. Assim, as peças que atendem aos critérios da subcultura que abriga os interesses institucionais são especialmente valorizadas e podem ser adquiridas por preços relevantes. Além disso, as peças que são valorizadas por museus e instituições afins também passam a ser de interesse do mercado que reúne colecionadores particulares. Os museus são instituições colecionadoras que organizam suas coleções de acordo com critérios bem específicos, visando conservar, ostentar e expor como melhores os exemplares mais criteriosos.

As funções de pesquisa, seleção, aquisição, conservação e comunicação de bens culturais materiais e documentos do patrimônio imaterial que integram o acervo institucional devem ser cumpridas pelo departamento de gestão do acervo dos museus, cuja função social é atender às pessoas, promovendo e ampliando o conhecimento e o interesse público (PADILHA, 2014). Assim, além da conservação de acervos e sua disposição para pesquisas científicas, os museus costumam ser espaços educativos, com exposições e atividades orientadas como seminários e oficinas, realizando também exposições temporárias de partes do acervo de outras instituições. A preparação pedagógica das exposições e a realização de outras atividades incrementa a interação com o público e o fomento à cultura. Por fim, a ideia de ostentação parece pernóstica, mas também participa da dinâmica cultural de estudiosos e profissionais autônomos ou institucionalizados e outros interessados. Na medida que o acervo dos museus dispõe de peças culturalmente relevantes, por critérios estético-artísticos ou histórico-científicos entre outros, isso é percebido como sucesso pessoal, profissional ou institucional, provocando orgulho de si e alguma vaidade nos envolvidos.

Em síntese, o valor de um acervo é a média considerada a partir do valor individual de suas peças. Por isso cada um dos objetos museológicos, como as peças catalogadas de outros acervos, é identificado com um código único de inventário como patrimônio cultural, sendo que isso permite uma gestão eficaz, com relação ao controle do acervo museológico (PADILHA, 2014). Para participar da cultura pública institucional ou comercial do colecionismo, os acervos museológicos ou outros institucionais e as coleções particulares

devem ser organizados e divulgados de acordo com os critérios de valor já reconhecidos. Porém, observa-se que, principalmente no contexto ocidental, as mudanças culturais foram progressivamente aceleradas depois da segunda guerra mundial alterando também os valores sociopolíticos e comerciais.

Depois da promulgação da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) diversos grupos sociais demandaram por mudanças na esfera pública, incluindo o reordenamento de políticas culturais, sendo que isso também afeta os critérios de valor do colecionismo (LOPES, 2010). Por exemplo, as questões do colonialismo foram atualmente revistas, questionando-se as apropriações violentas ou ilegais de peças representativas do patrimônio étnico-cultural. Isso inclui situações em que a cultura material de diferentes povos foi espoliada em guerras ou em situações de domínio colonial, havendo também ações de contrabando e comércio de peças roubadas.

Em síntese, os representantes de diferentes culturas ou subculturas requerem para si o domínio, a preservação e o usufruto de sua produção cultural. Isso inclui a necessária ação pedagógica junto aos participantes de uma mesma cultura ou subcultura, visando a valorização do patrimônio material e imaterial que representa sua cultura e o respeito aos bens culturais de outras comunidades. Para Casco (2006, p.3), isso resulta em benefícios como o respeito à própria identidade com atenção aos que são “portadores de saberes e tradições que precisam e devem ser reinventados ou transmitidos, em sua integridade, às gerações futuras”. No contexto brasileiro, busca-se fortalecer os sentidos de identidade, cidadania e autoestima, com respeito à pluralidade cultural (PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, 2020).

3. ASPECTOS DA REORGANIZAÇÃO DE UMA COLEÇÃO PARTICULAR

Como anteriormente informado, houve a real necessidade de organizar e gerenciar coleções de objetos como herança familiar, principalmente, para poder ofertá-las a terceiros em doações institucionais e negociações comerciais de mercado. Nas tarefas enfrentadas, deparou-se com as diferenças aqui já assinaladas das motivações e da dinâmica de um colecionador particular, com relação aos ritos institucionais e as subculturas sociais do colecionismo, que prescrevem procedimentos e oferecem parâmetros coletivamente aceitos para a valorização simbólico-cultural e comercial das peças.

Foram diversos os acervos herdados, havendo também urgência na reorganização de coleções ou grupos de peças afins, para que lhes fossem dada destinação adequada, devido (1) à falta do espaço de acondicionamento e das condições de conservação, (2) à ausência definitiva do colecionador particular, como pessoa diretamente interessada e (3) ao desconhecimento do valor simbólico-cultural e comercial de cada peça, coleção ou grupo de peças. Primeiramente, sabia-se que, pelo menos parcialmente, havia exemplares de valor histórico-cultural, científico e comercial. Mas, as dúvidas sobre isso eram maiores que as certezas, considerando-se que uma correta avaliação qualitativa e quantitativa dos acervos era necessária à tomada de decisão sobre as possibilidades de destinação.

Entre as coleções herdadas, a área de Numismática abrigava uma dessas, por ser composta com um conjunto de moedas. Trata-se de uma área tradicional do colecionismo, como um dos mais antigos e já institucionalizados tipos de coleção. Isso porque sua normatização como subcultura do colecionismo já foi bem constituída, incluindo os aspectos aqui

contemplados. Por isso, os aspectos relacionados à organização e à gestão de coleções de moedas são aqui especialmente considerados.

Para a formação e a organização de coleções numismáticas existe uma consolidada estrutura sistêmica de gestão e comércio, incluindo associações, clubes, *websites*, feiras, lojas, museus e outras instituições especializadas, que oferecem informações, orientações e suporte ao colecionismo. Entre essas, a Casa da Moeda e o Banco Central do Brasil também oferecem informações e dinamizam o colecionismo com peças especiais como, por exemplo, são comercializadas em estojos e “blisters”, as moedas comemorativas produzidas com materiais diversos, incluindo os de maior valor financeiro, como ouro e prata.

Em particular, os colecionadores podem organizar e valorizar seus acervos de notas, moedas, medalhas e outros itens numismáticos, de acordo com seu livre arbítrio. Mas, diante do aparato cultural, institucional e comercial já consolidado, a catalogação de moedas (Figura 3), por exemplo, deve ser feita por período ou país, garantindo o controle coletivo do acervo, principalmente sobre as peças já adquiridas e as faltantes. Também, há itens de controle e qualidade como: limpeza, valorização cultural e de mercado, critérios de avaliação, conhecimento, venda, doação e segurança em diferentes situações.

Para instrumentalizar o processo de organização e gestão do colecionismo, além de suportes específicos (Figura 3), também há cadernos de anotações, planilhas digitais e *softwares* específicos para colecionadores de moedas ou numismatas. Tudo isso permite registros, catalogações produção de documentação em geral, inclusive com imagens fotográficas das peças como é comumente indicado por especialistas da área (JAFET, 2020). Os catálogos especialmente elaborados por especialistas e colecionadores experientes permitem que os numismatas em geral façam o registro, a organização e a avaliação de sua coleção, de acordo com os dados sobre países e datas, dimensões, tipo e defeitos de cunhagem, estados de conservação, além de detalhes históricos específicos, que auxiliam a determinar autenticidade e raridade das peças.

Existem diferentes maneiras previstas para o acondicionamento de moedas, apesar de ser mais comum o uso de pastas específicas (Figura 3), compostas com pequenos envelopes plásticos, para a organização das peças, complementada com o uso de etiquetas descrevendo sua classificação, por país, por ordem de data, por composição e por estado de conservação. Dados como casa de cunhagem, raridade e “apelido”, que é o modo como a peça é conhecida entre os colecionistas. Outros dados descritivos são: evento histórico comemorativo, detalhes de desenho, gramatura, dimensões, que podem ser também acrescentados.



Figura 3. Parte de uma coleção de moedas organizada por nome e país.

Fonte: <https://www.amazon.co.uk/LZWIN>

As informações aqui apresentadas não eram de todo desconhecidas e, em parte, já haviam sido tomadas providências no processo anterior de organização da coleção de moedas. Mas, o que foi aqui apresentado sobre aspectos do colecionismo numismático confirma as providências que, anteriormente, foram indicadas como necessárias. Aliás, essas tiveram que ser retomadas, revistas e complementadas, visando o planejamento da destinação das peças da coleção particular de moedas:

1. Primeiramente, foram confirmadas ou complementadas as indicações sobre país de origem e data de cada peça. Isso indicou que tipo de registro técnico, histórico-cultural e geopolítico cada uma representava.
2. Em seguida, considerando-se também o estado de conservação e outras características específicas de cada exemplar, foi possível com o uso de recursos digitais *online* e de catálogos especializados pesquisar o valor simbólico-cultural e comercial de cada peça da coleção.
3. A partir disso, foi possível posicionar hierarquicamente cada exemplar no contexto da coleção de acordo com seu valor simbólico e comercial, para a visualização do todo, foi usado um gráfico cartesiano em que um eixo (x) demarcava o valor simbólico-cultural e outro eixo (y) demarcava o valor comercial. Isso permitiu tomar decisões sobre como as peças seriam ofertadas ao mercado, sendo que algumas foram oferecidas individualmente e outras em grupos pequenos de acordo com suas características.
4. Considerando-se o que foi aprendido nas pesquisas sobre formatos de organização, catalogação, acondicionamento e apresentação, foram providenciados materiais e embalagens adequadas para a oferta dos produtos ao mercado.

Além dos conhecimentos anteriormente adquiridos, a necessidade obrigou que se buscasse mais informações e orientações, para organizar e gerenciar as coleções herdadas e planejar o seu melhor destino. Porém, isso também trouxe à centralidade do cotidiano uma temática que, até então, permanecia na periferia. Assim, o “coleccionismo” e suas diversas manifestações assumiram progressivamente a condição de objeto de um estudo, cujos resultados parciais são

aqui apresentados, com foco em conceitos e argumentos pesquisados e elaborados com base em pesquisas teórico-bibliográfica e documental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da necessidade real e urgente de reconhecer alguns acervos já constituídos e avaliá-los, para planejar e realizar para sua melhor destinação, ocorreu o processo de imersão na cultura do colecionismo. Aliás, isso despertou interesses diversos relacionados com aspectos conceituais, históricos, gerenciais e práticos do colecionismo e de suas incontáveis categorias de peças que são colecionáveis. Portanto, devido à variada amplitude de possibilidades é vasta a cultura já constituída, em função da organização de acervos e coleções. Além disso, as particularidades do colecionismo de diferentes categorias de peças provocam a constituição de múltiplas subculturas. Em síntese, considera-se a existência de elementos e aspectos da cultura geral de acervos e coleções que estrutura todo o seu campo teórico-prático, havendo ainda particularidades nos processos de identificação, avaliação e hierarquização de peças por categoria, constituindo as subculturas do colecionismo.

Neste artigo foram basicamente consideradas duas categorias de organização, (1) havendo acervos e coleções particulares ou (2) acervos e coleções institucionais. Entre as instituições colecionistas foram aqui destacados os museus, com acervos de interesse histórico-cultural, técnico-científico e geopolítico. Sobre a atualização cultural do colecionismo foi considerada a organização de acervos ou coleções de produtos industrializados, no contexto da “indústria cultural” e enfatizando motivações psicológicas decorrentes da vida das pessoas na sociedade industrial.

A problemática abordada neste artigo também é decorrente das diferenças entre as duas categorias particular ou institucional de organização de coleções ou acervos. De modo geral, as coleções particulares são relacionadas às motivações subjetivas que, de modo mais ou menos formal, influenciam sua organização. Principalmente, isso é devido à liberdade das pessoas que organizam as coleções particulares. Por sua vez, a organização de acervos institucionais ocorre em restrito atendimento aos padrões já estabelecidos na cultura formal do colecionismo, de acordo com a prioridade dos interesses histórico-culturais, técnico-científicos e geopolíticos. Além de serem considerados compromissos com estudos, pesquisas e práticas pedagógicas, em função do público que visita o acervo institucional.

Em resposta à problemática aqui descrita, foi proposto o objetivo central de apresentar aspectos gerais para organizar e qualificar coleção ou acervo, de acordo com os parâmetros institucionais. Assim, além da apresentação de conceitos, informações e argumentos sobre a temática em estudo, também são propostos neste artigo os quatro aspectos gerais, cujo detalhamento informa sobre o que deve ser considerado na organização ou adequação de coleções particulares. Os referidos aspectos foram propostos em função dos valores já constituídos da cultura do colecionismo. Inclusive, porque isso influencia diretamente a comercialização de peças ou acervos no mercado colecionista. Ainda neste contexto foram apresentadas questões referentes aos aspectos propostos com relação aos acervos numismáticos e, mais especificamente, à coleção de moedas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1980.
- CAMARGO, Téa. **Colecionismo, Ciência e Império**. Universidade Federal do Paraná — Centro de Documentação e pesquisa de História e Domínios Portugueses – CNPQ 2012.
- CASCO, Ana Carmem. **Sociedade e educação patrimonial** – IPHAN, 2006.
- HARGREAVES, Manuela. Colecionismo e colecionadores: um olhar sobre a história da arte na 2ª metade do século XX. In: **Conferência sobre “Colecionismo e Mercados de Arte”**. Fundação Cupertino de Miranda; Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2014.
- JAFET. **Como Organizar e Catalogar uma Coleção de Moedas?** Disponível em <https://jafetnumismatica.com.br/organizar-catalogar-colecao-de-moedas/> Acessado em 31/03/2020.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da UNICAMP, Campinas, SP 1990.
- LOPES, José Rogério **Colecionismo e Ciclos de Vida** - Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 377-404, jul./dez. 2010.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais.
- PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo** (Coleção Estudos Museológicos, v.2) Florianópolis: FCC, 2014.
- GRUPO DE TRABALHO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO. **Patrimônio Histórico: como e por que preservar**. 3 ed. São Paulo: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, 2008.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional, 1984.
- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, 2020 <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/principal/textos/preservacao-do-patrimonio>
- RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1993.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Gerson dos. **Gestão Patrimonial: Ampliada e atualizada**. 4 ed. Florianópolis: Secco, 2012.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Por uma antropologia do objeto documental: entre a "a alma nas coisas" e a coisificação do objeto**. Horizonte Antropológico. Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 37-50, jun. 2005.